

Tendências de inclusão social no Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma interpretação preliminar

Altair Sancho
(Prof. Assistente II, Depto. Geografia - IGC/UFMG
Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social/
Programa EICOS/IP/UF RJ)

Marta de Azevedo Irving
(Professora Associada do Programa EICOS/IP/UF RJ; PPED/UF RJ e INCT/
CNPq
Doutora em Oceanografia/USP)

Resumo

O tema da inclusão social vem sendo, progressivamente, internalizado no discurso de políticas públicas de turismo e das agências internacionais do setor, como a Organização Mundial do Turismo. Em 2007, o Ministério do Turismo lançou, no Brasil, o Plano Nacional de Turismo 2007/2010 “Uma Viagem de Inclusão”, que reafirmou o potencial do turismo para a geração de emprego e renda, conservação de recursos naturais, valorização cultural e melhoria das condições de vida de populações residentes em lugares turísticos. Mas em que medida este discurso se reproduz em estratégias de planejamento turístico? Na tentativa de contribuir para esta reflexão, o presente ensaio busca interpretar de que forma o tema da inclusão social está expresso no Plano Nacional de Turismo 2007/2010. Tal análise partiu da construção de um referencial teórico norteador, com base em pesquisa bibliográfica, que permitiu a identificação de alguns parâmetros para a interpretação do turismo como alternativa para a promoção da inclusão social. Mas embora seja evidente o avanço do tema da inclusão social nesta política em relação às anteriores, a proposta de planejamento turístico priorizado pelo PNT 2007/2010 ainda está, prioritariamente, pautado na lógica econômica de mercado.

Palavras-chave: Turismo, Inclusão Social, Políticas Públicas e Plano Nacional de Turismo 2007-2010.

Abstract:

The social inclusion thematic has been, progressively, incorporated in the formal texts of tourism public policies and those of connected with international agencies, such as the World Tourism Organization. In 2007, the Ministry of Tourism led, in Brazil, the National Plan for Tourism 2007/2010 - “A Journey of Inclusion”, which emphasized the potential of tourism for employment and income generation, natural resources conservation, cultural strengthening and the improving of the living conditions of populations in touristic places. But in what measure these the intention of these formal texts are internalized in tourism planning strategies? In an attempt to contribute to this reflection, this article discusses how the theme of social inclusion is expressed in the National Plan of Tourism 2007-2010. This analysis was based on a theoretical guideline from a literature review, that in turn allowed the identification of some key parameters for the interpretation of tourism as a potential alternative of social inclusion. Although it is clear the strengthening of the social inclusion approach in this public policy compared to previous ones, the proposal of touristic planning, emphasized by PNT 2007/2010, is still mainly guided by the economic logic of the market.

Key-words: Tourism, Social Inclusion, Public Policy and the National Plan for Tourism 2007-2010.

Recebido 04/2011
Aprovado 06/2011

altairsancho@hotmail.com
marta.irving@mls.com.br

Introdução

Nas discussões recentes sobre os possíveis caminhos ou alternativas para a minimização dos inúmeros problemas da sociedade contemporânea, como o quadro de pobreza crescente, as desigualdades sociais, as altas taxas de concentração de renda e a degradação dos recursos naturais, o turismo emerge na retórica das políticas públicas como uma alternativa potencial para a promoção de inclusão social. Isto se deve à sua importância estratégica na economia de vários países, inclusive o Brasil, em função de seu potencial para a geração de emprego e renda e do número cada vez maior de pessoas que viajam, o que tende a incrementar a movimentação de recursos financeiros, globalmente, transformando o turismo em um dos segmentos da economia global que mais cresce em todo o mundo.

Contudo, apesar das estatísticas “sedutoras”, frequentemente apresentadas e ressaltadas pelos documentos e discursos oficiais, os impactos socioambientais e socioculturais provenientes do desenvolvimento do turismo são pouco discutidos no campo do planejamento. Nesse sentido, experiências desenvolvidas no mundo e, particularmente, no Brasil, parecem colocar em questão a afirmação de que o turismo contribui, necessariamente, para a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas e para a promoção de inclusão social.

Parece, portanto, haver um paradoxo a ser considerado nesta reflexão. Apesar do potencial do turismo enquanto alternativa para a redução das desigualdades sociais e combate à pobreza, o enfoque de planejamento para o setor, prioritariamente centrado na perspectiva de desenvolvimento econômico, está ainda ancorado em uma lógica de mercado, que prioriza o lucro e o rápido retorno dos investimentos. Como resultado, o turismo tem sido também, frequentemente, um veículo significativo de impactos negativos sobre os destinos nos quais se desenvolve, contribuindo para o agravamento do processo de exclusão social.

Cumpra mencionar, contudo, que no presente ensaio, a interpretação do que se denomina exclusão social está vinculada ao

“conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma inclusão insatisfatória. A inclusão daqueles que estão sendo alcançados por uma nova vertente de desigualdade social, produzida pelas grandes transformações econômicas e, para os quais, não há na sociedade, senão, lugares residuais” (MARTINS, 1997, p. 29).

Esta perspectiva evidencia a importância do reconhecimento e compreensão das origens dos processos exclusivos, da maneira como estes se manifestam, de seus lugares na dinâmica social e de como eles influenciam e interferem no modelo de desenvolvimento atual. Nas palavras de Castel (2004, p. 20), “é preciso reconstruir o *continuum* de posições que ligam os *in* e os *out*, e compreender a lógica a partir da qual os *in* produzem os *out*”. A partir da compreensão das origens e da configuração dos processos exclusivos, se poderia então refletir sobre caminhos (de maneira alguma simplórios ou reducionistas), capazes de viabilizar o engajamento dos ditos “excluídos” nas estruturas produtivas e nas redes de relacionamento social. Atkinson (1998) propõe um conceito de inclusão social que transcende uma abordagem reducionista, ancorada apenas em questões relativas a oportunidades de emprego e geração de renda. Para este autor, o desafio de promoção de inclusão social envolve também a integração social de indivíduos e grupos sociais, a reivindicação de direitos sociais e políticos, a universalidade da condição de cidadania, a participação ativa da sociedade no processo decisório e a igualdade generalizada de possibilidades e oportunidades.

No caso específico de planejamento em turismo, internalizar o compromisso de inclusão social significa, portanto, privilegiar novas formas de se pensar o seu desenvolvimento, para além dos discursos convencionais. Isto implica em uma reflexão sobre o significado, os efeitos e as contradições dos processos de apropriação territorial pelo turismo, representados na perspectiva indissociável entre natureza, sociedade e trabalho, na diversidade de olhares e interesses envolvidos no processo, nos aspectos simbólicos inerentes ao “encontro com o outro” e nas relações de poder e de consumo imbricadas nos “territórios turísticos”.

Nesse sentido, com a perspectiva de contribuir para a discussão do turismo como alternativa para a redução dos processos exclusivos e gerar subsídios para as Políticas Públicas do setor no Brasil, o presente ensaio se propõe a analisar a maneira pela qual a temática da inclusão social é considerada no âmbito das diretrizes e programas propostos no Plano Nacional de Turismo 2007/2010 – “Uma Viagem de Inclusão” (BRASIL, 2007).

O desenvolvimento desta análise se baseou na realização de pesquisas bibliográficas em livros e periódicos nacionais e internacionais, com enfoque nas reflexões teóricas sobre inclusão social e turismo. Além de pesquisa bibliográfica, foram realizadas análises documentais sobre as políticas nacionais de turismo, com foco no PNT 2007-2010. Com base no referencial teórico adotado, foi possível o delineamento de alguns parâmetros estratégicos em políticas públicas, para a interpretação do turismo como alternativa para a promoção de inclusão social¹: i. descentralização e transversalidade de ações propostas; ii. adoção dos pressupostos de sustentabilidade; iii. enfoque em estratégias de desenvolvimento local e; iv. compromisso com o processo de formação cidadã.

A escolha destes parâmetros de análise parte do pressuposto que a internalização do compromisso de inclusão social em políticas públicas, só poderá ser assegurada quando esta for capaz de expressar uma concepção estratégica e centrada não apenas em ações pontuais e com foco no incremento do mercado, mas também se basear em planejamento de médio e longo prazos, a partir de uma lógica integrada da gestão pública. Isso significa considerar uma perspectiva descentralizada e transversal em planejamento turístico, orientada por princípios de sustentabilidade (SANCHO, 2007; SANCHO e IRVING 2010) e pelas diferentes dimensões do desenvolvimento humano (ESCOREL, 1997; SEN, 1999), com enfoque no âmbito local (RODRIGUES, 2002; IRVING, 2003) e na perspectiva de construção de cidadania.

Com essa discussão, pretende-se avançar no processo de desconstrução de discursos convencionais de políticas públicas, centrados apenas na perspectiva do turismo como veículo linear de geração de emprego e renda e incremento do Produto Interno Bruto. Com os grandes desafios que o país enfrenta e sua responsabilidade como sede de importantes megaeventos internacionais nos próximos anos, é imprescindível que se inicie uma nova fase em planejamento turístico no Brasil, capaz de compatibilizar os impactos econômicos potenciais do turismo e sua potencialidade para a redução das desigualdades e transformação social em âmbito nacional e, também, no âmbito global.

Turismo e Inclusão Social: para que e para quem?

Nos últimos anos, a temática da inclusão social tem transcendido o campo das reflexões acadêmicas, sendo progressivamente incorporada aos discursos governamentais de diversas áreas e setores econômicos, entre os quais o turismo. Esta perspectiva do turismo como alternativa para a promoção da inclusão social ganha, na atualidade, uma atenção crescente no mundo e no Brasil, uma vez

¹ Adaptação da Metodologia de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977).

que um número cada vez maior de fóruns, publicações² e formulações em políticas públicas vêm mobilizando, nos últimos anos, diversos setores da sociedade, na tentativa de se identificar diretrizes e estratégias de ação que possibilitem o delineamento de caminhos possíveis para o combate dos processos exclusivos na sociedade contemporânea.

Vale ressaltar que, no caso do turismo, as reflexões sobre inclusão social passaram a se efetivar a partir das discussões sobre sustentabilidade apenas em anos recentes, principalmente, a partir da Rio-92 e seus desdobramentos. Neste enfoque, a concepção de Turismo Sustentável, proposta pela OMT em 1993³, lança um desafio aos modelos de desenvolvimento adotados pelo setor, a partir do momento em que privilegia em seu planejamento, a conservação de recursos naturais, o resgate e valorização de patrimônio cultural e a geração de benefícios às populações dos destinos turísticos, como alternativa para a promoção da inclusão social.

Essa mudança de foco passa a ser essencial ao processo, uma vez que, segundo Rodrigues (2002), o turismo é um consumidor intensivo do território. Ele se apropria de porções do espaço, imprime sua lógica de organização e produção, ou seja, prepara o território para que possa receber turistas e ser “consumido”. Nesse sentido, recaem sobre os territórios todos os impactos oriundos do desenvolvimento do turismo. Isto evidencia a importância da incorporação dos princípios de sustentabilidade à *práxis* turística, inclusive no âmbito das Políticas Públicas, como estratégia para se conferir maior qualidade ao processo de planejamento, não apenas em relação às demandas de um mercado competitivo global, mas também sintonizado com a qualidade da experiência vivenciada e compartilhada, em nível individual ou coletivo. Tal perspectiva depende de uma concepção estratégica e duradoura de desenvolvimento, apoiada na interpretação interdisciplinar e integral da dinâmica regional, resultado de uma sinergia mutante, na noção de “espaço” material e imaterial, lugar concreto e abstrato, cenário de interações, conflitos e transformações e, ponto de contato simbólico entre local e global (IRVING *et al.*, 2005).

Mas, evidentemente, este enfoque exige novos conteúdos e novas formas de gestão pública, baseados na compreensão do turismo como fenômeno complexo, em seus distintos compromissos sociais, ambientais, culturais, econômicos e políticos. Esta concepção implica em um movimento de descentralização das ações públicas, que privilegie o envolvimento efetivo de diferentes segmentos sociais no processo de tomada de decisão, numa lógica de participação, diálogo, construção de pactos sociais e cidadania.

Tal direcionamento tende a contribuir, decisivamente, para a concretização da noção da universalidade da condição de cidadania (ainda que individual e regulada do ponto de vista das regras de acesso determinadas pelo Estado). Segundo Sposati (1999, p. 126), “isso não significa a plena redistribuição da riqueza social construída pela sociedade, mas a possibilidade da aquisição de um nível cidadão de acessos sociais”. Esta perspectiva representa um desafio para as políticas públicas, justamente porque os processos exclusivos não reconhecem a cidadania para todos. Desta forma, a noção de cidadania, de direitos e de oportunidades para uma pequena parcela da população (os considerados “incluídos”), não é a mesma para a grande maioria de excluídos (MARTINS, 1997; SPOSATI, 1999). Além disso, a situação de exclusão social impede, mesmo que temporariamente, um indivíduo de participar das relações sociais e da construção da própria sociedade, de atuar e ser reconhecido como cidadão, com direitos e deveres. Amartya Sen (1999) afirma que este quadro só poderá ser revertido no momento em que se considere a perspectiva de inclusão social como

² Dentre os principais documentos com este objetivo, merecem destaque a “Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável” (1996) e o “Código Mundial de Ética do Turismo” (1999). As considerações e diretrizes apresentadas nestes documentos forneceram orientações importantes aos principais atores sociais envolvidos na atividade turística, no sentido da adoção de práticas e ações que privilegiassem a minimização dos impactos negativos causados pelo turismo e o desenvolvimento sustentável do setor.

³ A OMT definiu Turismo Sustentável como: “Aquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida” (OMT, 1993 apud Brasil, 2005).

experiência compartilhada, com base na participação ativa na sociedade, tendo como pressupostos a igualdade de possibilidades e oportunidades no plano individual e a expectativa de um nível de bem estar elementar para todos.

Desse modo, a promoção de inclusão social tenderia a estar ligada à formação de uma consciência crítica e cidadã, que contemple aspectos relacionados à educação, à ética, à solidariedade, à responsabilidade compartilhada nas ações empreendidas, com reflexos diretos no compromisso com os direitos e interesses coletivos, de forma que o cidadão assuma um papel central e decisivo no processo político, em articulação com o poder público. Mas para que isso aconteça, Raftner (2002) ressalta a importância de se potencializar ações político-institucionais de todos os setores da sociedade, para que sejam difundidas práticas democráticas ampliadoras de cidadania. Este autor evidencia também a importância da qualificação de agentes governamentais para uma cultura democrática, participativa e solidária, com a ampliação dos canais de participação e capacitação de lideranças, para a implementação de políticas inovadoras, dirigidas à melhoria da qualidade de vida e democratização de oportunidades de trabalho e à gestão dos recursos e serviços públicos.

Isso significa privilegiar modelos de desenvolvimento descentralizados, ancorados nas dinâmicas locais, uma vez que,

“deter-se no lugar significa abandonar a crença predominante nas soluções pretensamente universais e opor-se a fórmulas externas. Há que se confiar na capacidade e sabedoria das comunidades locais na identificação dos seus problemas e na tentativa de soluções originais, com base na sua própria experiência e na de outros grupos similares” (RODRIGUES, 2002, p. 58).

Nessa lógica, o processo de participação social se concretiza a partir da identificação e engajamento das representatividades locais no processo de planejamento e desenvolvimento do turismo. Tais atores sociais vivenciam a realidade local e, portanto, são os mais qualificados para identificar os problemas e necessidades coletivas e avaliar alternativas para o seu equacionamento, sugerindo caminhos que levem à melhoria da qualidade de vida, ao fortalecimento da cultural local e ao bem-estar social.

Assim, se pensar em práticas mais democráticas e includentes de gestão e desenvolvimento do turismo “implica em idealismo e visão estratégica de longo prazo, mas também pragmatismo, a partir de experiências capazes de transformar utopia em possibilidade, discurso em prática cotidiana” (IRVING *et al*, 2005, p. 06).

O Plano Nacional de Turismo 2007-2010 sob a ótica da Inclusão Social

Para que se possa interpretar o tema da inclusão social no atual Plano Nacional de Turismo PNT 2007/2010 - “Uma Viagem de Inclusão” é fundamental que se contextualize como esta temática foi considerada pelas políticas públicas de turismo, anteriormente implementadas no Brasil.

E, ao contrário do que se verifica, na atualidade, na perspectiva histórica, até a década de 1990, as políticas de turismo não constituíram prioridade no planejamento nacional, recebendo atenção e investimentos apenas setoriais. Segundo Cruz (2000), entre 1966 e 1991, as políticas nacionais de turismo falharam em seus objetivos sob diversos enfoques, mas principalmente, pela visão fragmentada sobre o segmento, em detrimento de uma abordagem estrutural e totalizante. Nesta fase, os órgãos públicos desconsideravam as complexas relações intrínsecas ao turismo e a necessidade da articulação com outras políticas e setores governamentais, entre os quais, a política urbana, de transportes, meio ambiente,

educação, cultura, entre outras. Até 1991, as iniciativas e ações propostas para o setor foram, assim, fragmentadas, relegando ao setor privado os rumos do desenvolvimento do turismo.

Apenas em 1996 foi lançada a Política Nacional de Turismo 1996/1999. Esta foi considerada, à época, como a mais completa e elucidadora da história das políticas federais de turismo no Brasil⁴. Segundo Sancho (2007), os objetivos, proposições e diretrizes desta política foram inovadores, uma vez que congregaram, de maneira inédita, temas como democratização do acesso ao turismo nacional, promoção do bem-estar social, conservação e preservação do patrimônio histórico-cultural, redução das disparidades sociais e econômicas em âmbito regional (através da geração de emprego e melhor distribuição de renda), descentralização do processo de gestão, adoção de pressupostos de sustentabilidade, todos essenciais para se pensar o turismo a partir da perspectiva da inclusão social, conforme a discussão proposta.

Contudo, apesar desses avanços sob o ponto de vista do discurso oficial, o enfoque central desta política direcionou-se, essencialmente, à estruturação e organização do mercado turístico nacional, a partir de iniciativas voltadas à formatação de produtos turísticos competitivos e de qualidade, com vistas à inserção do turismo brasileiro nos cenários nacional e internacional. O reconhecimento do turismo como setor estratégico traduziu-se na compreensão de seu potencial para o alcance de desempenho econômico, a partir de uma lógica de mercado, em detrimento de uma proposta mais complexa e de maior alcance na sociedade, portanto capaz de articular aspectos territoriais, sociais, ambientais e culturais em planejamento.

Na sequência histórica em políticas públicas de turismo no Brasil, em 2003 foi instituído o Plano Nacional de Turismo 2003/2007. No documento de referência (BRASIL, 2003), o turismo passa a ser interpretado como setor prioritário para o desenvolvimento do país, e foi reafirmado o seu potencial para apoiar a efetivação das Macroestratégias do Governo Federal⁵ e auxiliar na superação dos principais desafios do país, nas áreas econômica e social. Esta leitura decorre “de seu potencial para promover a minimização das desigualdades regionais, a geração de empregos e divisas, a distribuição de renda, o desenvolvimento sustentável e a integração, ao mercado de trabalho, de um contingente populacional com limitada qualificação profissional” (BRASIL, 2003, p. 05).

No entanto, Sancho (2007) e Sancho e Irving (2010) apontam que os impactos do desenvolvimento do turismo nas áreas social, ambiental, humana e cultural estavam ainda, neste Plano, condicionados à noção de crescimento econômico do setor. Ou seja, neste plano, inclusão social é entendida como “consequência natural” de um processo de consolidação e posicionamento do setor, nos mercados turísticos nacional e internacional. Este enfoque, essencialmente economicista, está claramente expresso nos objetivos do Plano, para o período 2003/2007, enunciados como: “desenvolvimento do produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais e estímulo e facilitação do consumo do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional”⁶ (BRASIL, 2003, p. 08).

Assim, à época, o desenvolvimento proposto para o turismo no Brasil esteve fortemente influenciado pela lógica capitalista de produção e pelo contexto neoliberal. Neste caso, o Poder Público, motivado pelos benefícios econômicos potencialmente projetados, optou por priorizar, em suas propostas, iniciativas com maior impacto no crescimento do mercado turístico e na consequente geração de postos de trabalho, fato que teve ressonância direta nas estratégias, programas, projetos e iniciativas previstas no âmbito do Plano Nacional de Turismo 2003/2007.

⁴ Vale ressaltar que a Política Nacional de Turismo 1996/1999 norteou as ações e o desenvolvimento do setor nos anos seguintes ao término de sua vigência (1999), período que se estendeu até o final de 2002.

⁵ Referentes, em especial, à criação de empregos formais e aumento do PIB.

⁶ Os objetivos específicos do PNT 2003/2007 foram: Dar qualidade ao produto turístico; Diversificar a oferta turística; Estruturar os destinos turísticos; Ampliar e qualificar o mercado de trabalho; Aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional; Ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional; Aumentar a taxa de permanência e gasto médio do turista.

Tal perspectiva influenciou diretamente todo o processo de planejamento e desenvolvimento do turismo no Brasil, no período. As ações propostas com enfoque na promoção de inclusão social, embora positivas, foram ainda dispersas e fragmentadas na estrutura de gestão que norteou e conduziu o desenvolvimento do setor. E, com efeito, os pressupostos de inclusão social, segundo o enfoque adotado no presente ensaio como norteadores da análise, integraram, apenas superficialmente, a centralidade estratégica em ações e práticas dirigidas ao segmento turístico, segundo o discurso oficial⁷.

Nesse contexto histórico relativamente recente de organização político-institucional do turismo no Brasil e, sob forte influência do viés econômico e da lógica neoliberal, em 13 de junho de 2007, o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Turismo 2007/2010 “Uma Viagem de Inclusão”, visando dar continuidade à política anterior, mas claramente com foco ampliado nos aspectos sociais envolvidos no processo. No documento de referência do PNT 2007/2010, o Governo Federal aponta para os avanços conquistados no turismo, em virtude da implementação do PNT 2003-2007 e reafirma a importância do setor como indutor do desenvolvimento do país. O turismo é interpretado de forma mais direta, em sua potencialidade para o alcance das macroestratégias nacionais, sobretudo, em virtude de alguns resultados econômicos significativos nos últimos anos, entre os quais, recordes em: geração de renda e de postos de trabalho, faturamento crescente de grandes empresas do setor, arrecadação de impostos e divisas, representatividade no PIB Nacional, aumento da chegada de turistas estrangeiros e do fluxo doméstico de passageiros, entre outros avanços.

Nesse novo período das políticas públicas de turismo, o PNT 2007/2010 traz também uma mudança importante com relação ao enfoque dirigido às estratégias de desenvolvimento para o setor, ao priorizar o fortalecimento do turismo interno, como caminho para a promoção da inclusão social. Como resultado desse direcionamento, o objetivo central do PNT 2003/2007, dirigido à ampliação dos índices de entrada de turistas estrangeiros no país, adquire apenas foco secundário na política⁸. Esta mudança parece ter sido influenciada pela constatação da importância do turismo interno no Brasil, que em 2006, envolveu 46,3 milhões de desembarques domésticos (índice quase 10 vezes superior à entrada de turistas internacionais no país, que no mesmo ano, atingiu 5,0 milhões).

Nessa direção, o Ministério do Turismo passa a concentrar suas ações para o investimento e o incremento do mercado turístico nacional, acreditando ser este o caminho a ser seguido para a promoção da inclusão social, conforme ilustrado no texto a seguir:

O sentido profundo do Plano Nacional do Turismo 2007/2010 é a inclusão social. Trata-se de erguer pontes entre o povo brasileiro e as esferas de governo federal, estadual e municipal, bem como da iniciativa privada e do terceiro setor, para construir um lazer que seja também uma visão compartilhada da nossa terra, da nossa gente, da nossa imensa vitalidade econômica, cultural e ambiental. Trata-se de um importante estímulo para o turismo interno, que vai retribuir em empregos, desenvolvimento e inclusão social. Não se trata apenas de incentivar um negócio, mas de transformar em cidadania o direito de conhecer o nosso país e a nossa identidade (BRASIL, 2007, p. 05).

Fica evidente, portanto, que a preocupação com a inclusão social passa a adquirir, a partir de então, *status* prioritário no discurso das políticas públicas de turismo. Segundo os pressupostos do PNT 2007-2010, a inclusão social pode ser alcançada por duas vias: a da produção, por meio da criação de novos postos de trabalho, ocupação e renda e a do consumo, com a inserção de novos turistas no mercado nacional, como mencionado a seguir:

⁷ Vale lembrar ainda que, embora esta pesquisa tenha como objetivo analisar a forma com a temática da inclusão social é internalizada no discurso das Políticas Públicas de Turismo no Brasil, não se pode esquecer que o turismo se insere num contexto de desenvolvimento global, baseado nas premissas do neoliberalismo, no qual as reflexões sobre as possibilidades e alternativas de promoção de inclusão social não são prioritárias. Talvez por isso, o estudo proposto se caracterize como um exercício de contracultura, ao empreender esforços no sentido de analisar, criticamente, o discurso e as tendências das Políticas Públicas de Turismo no Brasil.

⁸ Vale ressaltar que no novo PNT 2007-2010, governo destaca a importância da continuidade e ampliação das ações no sentido de transformar o Brasil em um dos destinos turísticos mais procurados no mundo.

Fortalecer o turismo interno, promover o turismo como fator de desenvolvimento regional, assegurar o acesso a aposentados, trabalhadores e estudantes a pacotes de viagens em condições facilitadas, investir na qualificação profissional e na geração de emprego e renda e assegurar ainda mais condições para a promoção do Brasil no exterior são algumas das ações que fazem do Plano Nacional de Turismo 2007/2010 um importante indutor de desenvolvimento e da inclusão social (BRASIL, 2007, p. 11).

Contudo, vale ressaltar que esta concepção de inclusão social é ainda superficial e está baseada na noção clara de incremento do mercado turístico, considerando apenas as perspectivas da geração de emprego e ampliação do acesso ao mercado como fatores para inclusão social⁹. Este enfoque, segundo Escorel (1997), deixa de abordar outras questões relevantes de ordem social, ambiental, cultural e política. Isto porque o compromisso de inclusão social envolve também a garantia de direitos sociais e políticos, universalidade da condição de cidadania, participação ativa da sociedade nos processos decisórios, igualdade de oportunidades, adoção de práticas e condutas sustentáveis, acesso a condições mínimas de habitação, educação, saúde, entre outras.

E, mesmo que a noção de inclusão social e as metas expressas no PNT 2007/2010 tenham direcionamento prioritário aos aspectos econômicos (e/ou mercadológicos) mais imediatos, herança de políticas anteriores, as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo, expressas no Plano, já sinalizam uma mudança (incipiente) na concepção de turismo, a ser adotada no país, no futuro. Estas diretrizes recomendam que o principal beneficiado pelo desenvolvimento do turismo seja o cidadão brasileiro e reconhecem também que o crescimento do mercado deve estar em *harmonia* [grifo nosso] com a distribuição de renda e a redução das desigualdades sociais, integrando soluções nos campos econômico, social, político, cultural e ambiental. Um fragmento do texto do PNT 2007-2010 ressalta que este posicionamento “traduz uma expectativa de resultados que vá além do lucro e da valorização do negócio simplesmente e priorize-se o bem-estar social (BRASIL, 2007, p. 15)”. Tal perspectiva é também reafirmada no PNT 2007-2010, quando este destaca que temas como criação de emprego e ocupação, geração e distribuição de renda, redução das desigualdades sociais e regionais, promoção da igualdade de oportunidades, respeito ao meio ambiente, proteção ao patrimônio histórico e cultural e a geração de divisas são fundamentais sob a ótica estratégica. Assim, o compromisso expresso nestas diretrizes representa, no âmbito do discurso oficial, um avanço em Políticas Públicas de Turismo. De maneira inédita, uma outra perspectiva, que não somente aquela relacionada ao incremento/fortalecimento do mercado turístico, integra a visão estratégica do governo, o que tende a impactar, positivamente, o processo de inclusão social pelo turismo, além de apoiar uma mudança de paradigma para o setor, a longo prazo.

Mas, será que estas diretrizes tem rebatimento nos macroprogramas e programas propostos no âmbito do PNT 2007-2010? De que forma são abordados aspectos importantes como descentralização e transversalidade de ações, sustentabilidade, desenvolvimento local e formação cidadã, parâmetros essenciais para uma perspectiva estratégica em planejamento?

O MTur, em um processo de continuidade à postura adotada no período 2003-2007, prioriza, a partir do texto do PNT 2007/2010, a importância de se estimular a participação de um maior número de atores sociais na gestão do turismo, além de privilegiar a manutenção e ampliação de espaços de reflexão e discussão sobre a gestão e o desenvolvimento do setor, através do fortalecimento e incremento do Sistema Nacional de Turismo¹⁰. Ao mesmo tempo, o Plano propõe a utilização de tecnologias de informação para uma melhor comunicação e interface entre as diferentes esferas de

⁹ Tal questão já havia sido discutida em 2006, com a realização de entrevista com um interlocutor estratégico do Ministério do Turismo (SANCHO, 2007).

¹⁰ O Sistema Nacional de Turismo é composto pelo Conselho Nacional de Turismo, Fórum de Secretários Estaduais, Fóruns e Conselhos Estaduais e Conselhos Municipais de Turismo.

poder, como estratégia para maximizar a perspectiva da descentralização. Isso porque a dificuldade de integração entre as diferentes esferas de poder foi apontada como uma das principais deficiências na implementação do PNT 2003-2007¹¹.

Uma outra estratégia que estabelece interface com a perspectiva de inclusão social está relacionada à intensificação do papel de articulador do MTur, frente aos diversos setores vinculados ao turismo, nas diferentes esferas de poder e com os Ministérios que possuem relação direta e/ou indireta com o desenvolvimento do turismo no país. Esta preocupação é expressa no plano, quando este afirma que o segmento deve se desenvolver “tendo como referência as competências do MTur, seus programas e orçamento, e a articulação com o Ministério dos Transportes, das Cidades, da Integração Nacional e da Defesa deve ser estruturada e intensificada” (BRASIL, 2007, p. 59). Dessa forma, o governo pretende ampliar as ações transversais, com o intuito de contribuir para a disseminação de uma visão integrada entre políticas públicas setoriais, com vistas à promoção do desenvolvimento do turismo e, conseqüentemente, potencialização de seus efeitos positivos, em âmbito nacional.

Ainda assim, esta proposta representa um desafio e, ao mesmo tempo, um avanço em políticas públicas de turismo no Brasil, uma vez que a história do setor¹² revela que este sempre recebeu uma atenção secundária e fragmentada por parte do governo. Por esta razão, as estratégias e ações propostas estiveram, na maioria das vezes, desarticuladas e desintegradas de outras áreas e setores governamentais. De fato, é evidente que o desenvolvimento turístico não pode estar dissociado de áreas como planejamento, orçamento, transporte, meio ambiente, cultura, entre outras. Isto porque o turismo representa um fenômeno complexo (IRVING, 2005), o que implica em uma abordagem transversal em políticas públicas, capaz de integrar diversos setores governamentais. E esta, parece ser a percepção do MTur, expressa no discurso oficial do PNT 2007-2010.

O Plano destaca ainda que o “Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT)” permanece como programa prioritário e norteador de todas as iniciativas do setor. Ao mesmo tempo, o MTur reconhece que as ações do PRT precisam ser desenvolvidas “com base no princípio de sustentabilidade ambiental, sociocultural e econômica, trabalhando de forma participativa, descentralizada e sistêmica, estimulando a integração e a conseqüente organização e ampliação da oferta turística” (BRASIL, 2007, p. 52)¹³.

Vale ressaltar que, se os objetivos, a metodologia e as etapas de execução previstas no âmbito do PRT forem, de fato, implementados conforme o planejado, tal iniciativa pode representar um avanço para o setor. Isso porque a proposta deste programa contempla o compromisso de descentralização e participação social, procurando incentivar o desenvolvimento do turismo em diferentes regiões do país, com base nas vocações territoriais regionais e locais. Tal abordagem traduz-se na organização do setor turístico em arranjos produtivos locais, com enfoque na democratização dos benefícios gerados, na valorização cultural, nos aspectos simbólicos e na conservação dos recursos naturais, com vistas à promoção da melhoria da qualidade de vida e da inclusão social nas áreas beneficiadas pelo programa. Cumpre mencionar que, segundo Sancho (2007) e Sancho e Irving, (2010), durante a implementação do PNT 2003-2007, tal programa já havia sido proposto, mas seu processo de execução não atendeu, de maneira concreta, a esses princípios, o que resultou na formação de circuitos e destinos turísticos pelo país “à toque de caixa”, sem o cumprimento de todas as etapas previamente estabelecidas (sensibilização, mobilização, articulação, estruturação e comercialização). Além disso, o programa enfrentou a falta de recursos financeiros, o que prejudicou seus resultados durante o período em questão.

¹¹ Ver documento “Turismo no Brasil: 2007-2010”.

¹² Ver Cruz (2000).

¹³ Para o período 2007-2010 o PNT estimou a formação de 65 destinos turísticos com padrão internacional. O objetivo foi promover a desconcentração do turismo no país, transformando estes destinos em indutores de desenvolvimento regional, através da multiplicação de experiências e práticas.

Essa perspectiva de planejamento e desenvolvimento do turismo, com base no fortalecimento de instâncias locais de gestão e nas vocações territoriais, é apontada por Rodrigues (2002) e Sansolo & Cruz (2003) como fator indispensável para a promoção de inclusão social, embora esta tenha sido, freqüentemente, negligenciada pelas políticas públicas de turismo implementadas no Brasil. No caso do PNT 2007/2010, tal aspecto é enfatizado no âmbito das propostas do Programa de Regionalização do Turismo, conforme ilustrado a seguir:

O Programa de Regionalização do Turismo prevê o ordenamento e a consolidação de cada segmento, a articulação e o fortalecimento de suas instâncias representativas e a padronização de referência conceitual, que juntamente com a estruturação da produção associada ao turismo configuram a base para a construção de roteiros. A roteirização turística é voltada para a construção de parcerias e promove a integração, cooperação e comprometimento entre os atores locais, o adensamento de negócios, o resgate e preservação dos valores socioculturais e ambientais da região, como uma forma de integrar a oferta turística. Em uma visão estratégica de integração regional, o programa apóia projetos de valorização e inclusão social no desenvolvimento do turismo, com o intuito de promover a inserção socioeconômica da população local nas atividades relacionadas com o turismo (BRASIL, 2007, p. 68).

Assim, a abordagem no desenvolvimento local/regional, incorporada pelo PRT, tende a potencializar o alcance e os resultados dos programas previstos, pois parte do pressuposto que o desenvolvimento do setor deve priorizar o território e as dinâmicas locais nas ações de roteirização turística e em um processo que estimule e valorize as populações locais e o ambiente natural e cultural em que vivem, de maneira a democratizar os benefícios gerados pelo turismo e promover a inclusão social.

No entanto, apesar do conteúdo do PRT já conter avanços importantes sob a ótica da inclusão social, segundo interlocução oficial do Ministério do Turismo¹⁴, as ações e projetos do MTur, com este objetivo são ainda periféricos e pontuais, em função da carência de recursos financeiros e da limitação de equipe técnica, que possa conduzir a disseminação dessas iniciativas, por todo o território nacional. Tal contexto indica que as iniciativas nessa direção tendem a enfrentar ainda algumas dificuldades para a sua operacionalização efetiva, em um cenário de médio prazo.

Uma outra iniciativa com reflexo direto no incremento/fortalecimento de experiências de planejamento turístico, em âmbito local, refere-se ao fomento ao turismo de base comunitária. O Ministério do Turismo lançou, em 2008, o edital 01/2008, cujo objetivo foi apoiar iniciativas e projetos de turismo, originados e conduzidos por grupos locais, em diversas regiões do Brasil. Esta ação representou um avanço significativo em planejamento, se considerada a perspectiva da promoção da inclusão social, uma vez que esta proposta privilegia o desenvolvimento turístico sob a ótica do protagonismo social, e considera os atores locais como principais responsáveis/condutores do processo de desenvolvimento do turismo. Contudo, esta perspectiva inovadora não alcança, ainda, centralidade em políticas públicas, e não está internalizada em diretrizes estratégicas de governo. Segundo Bursztyn *et al* (2009, p. 01), o lançamento deste edital, que materializou o apoio do governo a projetos de turismo de base comunitária, não representa uma política pública de caráter estruturante e abrangente, já que constitui uma iniciativa pontual, com implementação em escala demonstrativa:

É que ainda se trata de uma iniciativa isolada. Uma política pública deve articular diversos setores e iniciativas de modo a potencializar e/ou suprir as carências para o fomento a uma dada atividade. Tem um caráter mais estratégico. O que observamos aqui no Brasil são al-

¹⁴ Responsável direto pela implementação do Programa de "Produção Associada ao Turismo" (que integra o Programa de Regionalização do Turismo). Em comunicação oral no Workshop do IVT/COPPE/UFRJ, realizado no dia 29 de agosto de 2007.

gumas iniciativas e ações governamentais isoladas. Por exemplo, o Ministério do Meio Ambiente desenvolve algumas ações que poderiam ser chamadas de fomento ao TBC na área de influência, seja no interior ou no entorno, de Unidades de Conservação. O Ministério do Desenvolvimento Agrário também apóia iniciativas de turismo rural vinculados a projetos de agricultura familiar. Enfim, todas essas ações ainda estão desarticuladas e, muitas vezes, sobrepostas. Para termos de fato uma política pública para o TBC é necessário um maior diálogo e integração entre todas as partes interessadas, governos federal, estadual e municipal, iniciativas locais, sociedade civil organizada, universidades, entre outros¹⁵.

Vale ressaltar que esta perspectiva da transversalidade de ações junto às diferentes esferas de poder e à sociedade, associada ao protagonismo local na gestão e operação do turismo, ancorada na valorização dos aspectos culturais, ambientais e simbólicos dos territórios visitados, constituem elementos que caracterizam/sustentam muitas das experiências de turismo comunitário conhecidas no Brasil e no Mundo. Nessa direção, as políticas públicas de turismo podem encontrar, no fomento a estas experiências, um caminho estratégico e inovador para estimular e/ou incrementar os processos de desenvolvimento turístico, em bases sustentáveis. E assim, o compromisso de se pensar o desenvolvimento do turismo, a partir das premissas de sustentabilidade social adquire, cada vez mais, centralidade nas estratégias com o objetivo de promoção da inclusão social. Vale lembrar que neste edital, a noção de sustentabilidade social vem atrelada à perspectiva de sustentabilidade ambiental, com foco especial na questão da conservação da biodiversidade. No entanto, apesar deste claro avanço no discurso e na prática desta política, no âmbito do PNT 2007/2010, esta noção está ainda muito atrelada à preocupação com a formatação de produtos turísticos competitivos, a partir de uma lógica de mercado, em continuidade às políticas anteriores. A estruturação do Macroprograma: “Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos” reflete tal direcionamento. Seu objetivo central é promover um *padrão de qualidade dos produtos turísticos*, referenciado pelos pressupostos de sustentabilidade. Para concretizar tal proposta, este macroprograma incorpora programas de qualificação profissional e de certificação e fiscalização das empresas turísticas, com o intuito de qualificar e padronizar os produtos e serviços turísticos nacionais, através da indução a adoção de práticas social, cultural e ambientalmente responsáveis e sustentáveis.

A mesma perspectiva mercadológica é percebida também nas ações direcionadas à formação cidadã de populações autóctones, empreendedores do setor e representatividades sociais, residentes em regiões turísticas. Apesar desta ação constituir pressuposto central na tentativa de se reverter os processos de exclusão social, este compromisso é ainda abordado de forma periférica e não integrada às principais estratégias e ações propostas no PNT 2007-2010, uma vez que privilegia, especialmente, a formação para o mercado. O “Programa de Qualificação Profissional” é um exemplo nesse sentido. Este prevê: a) ações de qualificação dos diversos tipos de profissionais que integram a cadeia produtiva do turismo; b) ações voltadas à sensibilização da população local quanto à importância de sua participação para o sucesso e o desenvolvimento sustentável; c) desenvolvimento de metodologias pedagógicas para a inserção profissional da população de baixa renda e dos jovens, bem como de cursos, oficinas e seminários; d) estímulo à formação continuada.

Apesar de necessárias sob o ponto de vista da qualificação para o mercado, ações isoladas com enfoque em sustentabilidade e formação cidadã não são capazes de contribuir para uma mudança

¹⁵ Entrevista concedida ao Instituto Virtual de Turismo, em 2009. Disponível em <<http://www.ivt-rj.net/ivt/indice.aspx?pag=n&id=10671&cat=&ws=0>> Acesso em: setembro/2009.

de paradigma para o setor e para que o turismo se transforme em alternativa efetiva de promoção de inclusão social. Dessa maneira, os princípios de sustentabilidade, na maneira como estão enunciados no PNT 2007/2010, embora sinalizem uma “boa intenção”, não se constituem, por si mesmos, pressupostos que possam assegurar novos modelos de desenvolvimento turístico, uma vez que se dirigem à competitividade do mercado, mas não a uma mudança efetiva de filosofia em planejamento para o setor

Assim, diante desse contexto, é possível afirmar que os parâmetros indicativos de inclusão social, adotados no referencial teórico deste ensaio, não são ainda efetivamente internalizados no PNT 2007/2010, embora seja evidente um avanço com este objetivo com relação às políticas anteriores. A perspectiva mercadológica é ainda dominante e permeia, de maneira prioritária, a maioria das iniciativas propostas pelo PNT 2007-2010. Considerar o turismo apenas a partir de seu potencial para a geração de benefícios econômicos parece contribuir para reforçar a lógica hegemônica de desenvolvimento, o que tende a fortalecer o acirramento dos processos exclusivos, resultantes do funcionamento da sociedade contemporânea.

O turismo como alternativa potencial para a promoção de inclusão social se configura a partir de uma mudança real de paradigma, em termos de filosofia e postura ética em planejamento para o setor. Isto significa, prioritariamente, compreender o turismo como um fenômeno complexo (IRVING, 2008), associado a inúmeros significados, e capaz de influenciar a maneira como turistas e populações residentes no lugar turístico se (re)conheçam e, principalmente, percebem o mundo.

Considerações Finais

Como anteriormente discutido, ao longo das últimas duas décadas, a temática da inclusão social vem ganhando espaço crescente no discurso de políticas públicas de turismo, no Brasil. Em 2007, com o lançamento do Plano Nacional de Turismo 2007/2010 “Uma Viagem de Inclusão”, o governo federal explicita, de forma ainda mais clara que nas iniciativas precedentes, o compromisso com este objetivo. E esta perspectiva passa a ser incorporada, gradualmente, nas diretrizes para o desenvolvimento do turismo nos próximos anos, no entanto, ainda sem rebatimentos diretos na perspectiva estratégica da maioria dos programas propostos.

Assim, apesar dos avanços em relação às políticas anteriormente implementadas, o PNT 2007/2010 continua a ser pautado, prioritariamente, pela lógica econômica de mercado. Na perspectiva do PNT 2007/2010, a noção de inclusão social está atrelada, em especial, ao viés da produção e do consumo, o que, na interpretação de Castel (2004), tende a reduzir e limitar a interpretação do turismo como fenômeno complexo, conforme rediscutido por Irving (2008). Este viés dificulta o entendimento do turismo como fenômeno contemporâneo abrangente, que envolve diversas dimensões interdependentes e complementares, para além da geração de emprego ou a inserção de novas camadas sociais ao mercado turístico. Nesse sentido, parece fundamental que sejam considerados novos caminhos que venham a apoiar uma mudança de paradigma para o setor e ações governamentais capazes de traduzir o discurso de políticas públicas em processos inclusivos, na prática. É que as ações planejadas possam ser avaliadas, não apenas em termos de desempenho operacional, mas também, de impactos diretos e indiretos, com relação à qualidade de vida nos lugares turísticos.

A adoção dos pressupostos de sustentabilidade no discurso de políticas de turismo, embora constitua um avanço nesta direção, parece ainda superficialmente interpretada pelo PNT 2007/2010. Estes

pressupostos, para serem efetivos em uma nova maneira de se pensar o turismo, devem permear todas as ações do setor e ser expressos em programas e projetos transversais voltados à esfera local, à formação cidadã, à conservação ambiental, à valorização da diversidade cultural e social brasileira e à preservação do patrimônio arquitetônico, histórico e artístico das diferentes regiões do país. Eles devem também inspirar ações de planejamento, centradas em uma perspectiva globalizada e de futuro, a partir da visão contextualizada de uma sociedade “em mutação”, ou de uma “comunidade de destino” na interpretação de Morin e Kern (2000). Estas ações exigem uma mudança estrutural e profunda na concepção das políticas públicas, que deverão ser pensadas em horizontes de médio e longo prazos. Isto requer também um novo olhar sobre o contexto social, a diversidade cultural, as dinâmicas ambiental, econômica e política (e geopolítica), em escalas local, regional, nacional e global. Para tal, as políticas públicas do setor devem buscar não somente investimentos em ações estratégicas, voltadas ao planejamento, regulamentação e profissionalização para o mercado, mas, principalmente, se inspirar em processos participativos, descentralizados e democráticos de gestão, privilegiando as ações e propostas locais.

A consolidação de processos inclusivos e democráticos exige o compromisso de co-responsabilidade de todos os sujeitos sociais, centrais na formulação, implementação e avaliação dos projetos turísticos. Tal encaminhamento tende a permitir que os diferentes sujeitos do processo possam se perceber como reais protagonistas da mudança, respeitados os diferentes tempos e escalas de resposta entre o local e o global. Portanto, o desenvolvimento do turismo em uma perspectiva de inclusão social, requer uma nova postura ética e uma nova filosofia de planejamento, capaz de influenciar o delineamento e a implementação de políticas públicas e seus desdobramentos. E, neste cenário de mudanças políticas no país, parece realista e legítimo esperar novos avanços neste sentido, que se materializem no discurso e na configuração do novo Plano Nacional de Turismo 2011/2014, tendo em vista a realização da Rio+20, em 2012, os objetivos acordados das Metas do Milênio para 2015 e os grandes eventos internacionais previstos para os próximos anos no Brasil, como a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. Este representa, portanto, um momento privilegiado para o país, em sua potencial liderança de país emergente, mas também, como *lócus* simbólico e real de inovação.

Referências Bibliográficas

- ATKINSON, R. *Combatendo a exclusão social urbana: o papel da participação comunitária na regeneração das cidades européias*. Trad, Marcos Reis. Cadernos IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, RJ: ano XII, nº 1, pp. 107-128, jan-jul/1998.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Presses Universitaires de France, 1977.
- BRASIL. *Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de Inclusão*, 2007.
- _____. *Plano Nacional de Turismo 2003/2007*, 2003
- BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. & BARTHOLO, R. Entrevista sobre o lançamento do livro “Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras”. Disponível em <<http://www.ivt-rj.net/ivt/indice.aspx?pag=n&id=10671&cat=%C2%A0&ws=0>> Acesso: 01/09/2009.
- CASTEL, R. As Armadilhas da Exclusão. In: Belfiore-Wanderley, M., Bógus, L. & Yazbek, M. C. *Desigualdade e a Questão Social*. São Paulo, SP: Educ, 2004.
- CRUZ, R. *Política de Turismo e Território*. São Paulo, SP. Ed.: Contexto, 2000.
- ESCOREL, S. *Clarificando os conceitos: desigualdade, pobreza, marginalidade, exclusão*. O que significa exclusão social? Mimeo, 28 p. 1997.
- IRVING, Marta de Azevedo. Ecoturismo em áreas protegidas: da natureza ao fenômeno social. In: COSTA, N.M. C.; NEIMAN, Z. & COSTA, V.C. (Orgs) *Pelas Trilhas do Ecoturismo*. São Carlos: Rima, 2008. p. 3-15.
- IRVING, Marta de Azevedo; BURSZTYN Ivan.; SANCHO, Altair; MELO Gustavo. M. *Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico* In: Caderno Virtual de Turismo, número 18, ISSN 1677-6976, publicado em dezembro de 2005, pp. 01-08.
- IRVING, M. “Turismo como instrumento para o desenvolvimento local: entre a potencialidade e a utopia.”. In: D’AVILA NETO, M.I.; PEDRO, R. (orgs). *Tecendo o desenvolvimento*. Rio de Janeiro, RJ: Mauad: Bapera Editora, 2003.
- MARTINS, J. S. *Exclusão Social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- MORIN, E.; KERN, A. B. *Terra pátria*. Porto Alegre: Sulina, 2000.
- RAFTNER, H. *Sobre exclusão social e políticas de inclusão*. Revista Espaço Acadêmico. ANO II – Nº 18, novembro de 2002 (mensal). ISSN 15196186.
- RODRIGUES, A. B. *Turismo Local: Oportunidades para Inserção*. IN: RODRIGUES, Adyr B. (org.) *Turismo e Desenvolvimento Local*. 3ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.
- SANCHO, Altair. *Turismo: alternativa efetiva de inclusão social? Uma reflexão sobre as políticas públicas de turismo no Brasil*. [Dissertação de Mestrado] Programa EICOS/IP/UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.
- SANCHO, Altair e IRVING, Marta de Azevedo. *Interpretando o Plano Nacional de Turismo 2003/2007 sob a ótica da Inclusão Social* In: Caderno Virtual de Turismo, Volume 10, Número 03, ISSN 1677-6976, publicado em dezembro de 2010, pp.
- SANSOLO, D. G. e CRUZ, R. C. *Plano Nacional de Turismo: uma análise crítica*. In.: Caderno Virtual de Turismo ISSN 16776976. N 10, 2003.
- SEN, A. *Development as Freedom*. New York: Alfred A. Knopf, 1999.
- SPOSATI, A. Exclusão social abaixo da linha do Equador. In: VÉRAS, M. P. B. *Por uma Sociologia da Exclusão Social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo, SP: EDUC, 1999.